
ARTIGO

CULTURA POPULAR E IMAGINÁRIO POPULAR NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)**LUIZ VITOR TAVARES DE AZEVEDO****CULTURA POLÍTICA E POPULISMO**

Talvez a característica mais marcante da história seja a de possuir, como Jano, uma dupla face, que lhe permite olhar simultaneamente para várias direções e temporalidades, mirando o passado e projetando o futuro. O passado visto não só como o já sucedido, mas também como o que ainda permanece, as tradições, a estrutura mental, a “longa duração”, marcas e resíduos de uma experiência que se mescla com fatores que se processam no devir histórico com toda a sua dinâmica.

Crenças, normas, atitudes são sobrevivências que marcam registros de experiências vivenciadas por sujeitos históricos que atuam em sociedades e constituem uma cultura política¹. Este campo vasto remete também ao que se entende por mentalidade: “conjunto vago de imagens e certezas não conscientizadas ao qual se referem todos os membros de um mesmo grupo”². Este permanente diálogo com o passado proporciona à experiência histórica uma articulação com o presente e a projeção para o futuro, possibilitando a “tridimensionalidade do tempo histórico”.

Muito próxima da abordagem de Laclau quanto ao princípio articulatório classista presente no populismo³, Fernando Mires considera que também em relação às revoluções na América Latina, a dimensão classista se expressa através de múltiplas mediações (religiosas, populares, regionais, culturais, nacionais, etc.), “hasta el punto de que lo particular de una clase deja de ser inmediatamente divisible”. Da mesma forma que no caso do populismo, “la unidad de los más

¹ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986, pp. 306-308.

² DUBY, Georges. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UF RJ, 1993, p. 91.

³ LACLAU, Ernesto. *Política e Ideologia na Teoria Marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

diversos movimientos y rebeliones tenía lugar al producirse una ruptura en el interior de los bloques de dominación tradicionales”, dando lugar à personificação de líderes em busca da recuperação de uma ordem antiga⁴.

Fernando Mires retoma a acepção copernicana original do termo revolução (“movimento circular dos corpos celestes”) para afirmar que “la utopia de los grandes procesos tiene su lugar de residencia en un pasado a veces muy remoto ... las utopias que cada revolución genera no son la simple copia del pasado, sino un resultado de la conjugación de los tres tiempos de la historia, o lo que es igual, las revoluciones latinoamericanas correspondem a una realidad tridimensional”⁵.

No caso da experiência populista, a “tridimensionalidade do tempo histórico” se dá na forma de um apelo ao imaginário popular em articulação com o discurso classista potencialmente negador do *status quo* e cujo clímax e colapso se expressariam na inviabilidade de manter a situação de equilíbrio instável entre interesses antagônicos.

É preciso reconhecer que a mitificação e as várias formas de mistificação do poder são uma face do pacto populista, mas que por si só não esgotam sua configuração histórica. O “compromisso populista” pressupõe uma tentativa de acomodação de interesses entre frações de classes dominantes em articulação com setores populares através da canalização de demandas sociais (melhorias nas condições de vida), econômicas (aumentos salariais, extensão na capacidade de consumo)⁶ e também ideológicas (identificação com valores e tradições populares próprios de uma cultura e que funcionam como um sistema de referência à nível do imaginário coletivo).

Numa situação de “compromisso populista”, sempre haverá necessidade de algum tipo de negociação, o Estado não é monolítico e demagógico *in totum*, ele precisa dialogar e ser respaldado pelo povo, classes, grupos, partidos. Da mesma forma, os setores populares não se encontram totalmente impossibilitados de avançar politicamente no sentido de garantir os seus direitos e garantir o cumprimento das conquistas obtidas. Ou seja, a questão popular no populismo não é um caso de manipulação ideológica absoluta, de demagogia pura e simples ou uma resposta irracional com ausência de consciência política.

⁴ MIRES, Fernando. *La Rebelión Permanente, las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 1988, pp. 442 e 446.

⁵ Idem, *ibidem*, pp. 10.e 448.

⁶ WEFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 2^a- ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.75.

“REFUNDAÇÃO” DO MARCO HISTÓRICO

Tomando como base artigos da revista *Cultura Política*, Angela de Castro Gomes situa a visão oficial do Estado Novo que considera o “redescobrimento do Brasil” a partir da instalação do regime de 1937, consagrado como o verdadeiro momento da fundação do Estado Nacional. Na periodização proposta pelos articulistas patrocinados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o Império era referência de nossas tradições centralizadoras sem, no entanto, se constituir em modelo político a ser recuperado no devir histórico. Já a experiência liberal da República Velha com seus vícios oligárquicos, era vista como responsável pela descontinuidade no processo de integração da nacionalidade. Em contrapartida, 1930 seria o marco divisor, apesar do retrocesso do período que se estendeu até 1937, quando concessões como a Constituição de 1934 teriam neutralizado os efeitos impactantes da nossa “Revolução de Outubro”. Portanto, 1937 marcaria o “novo início”, o resgate de 1930. Remetendo a Hannah Arendt, conclui a autora: “é justamente nessas brechas do tempo histórico, presentes nas lendas de fundação, que emergem com mais força os verdadeiros dirigentes políticos”⁷.

Tendo como referência Marshall Sahlins, este estudo situa ainda a dupla lógica que presidiu a trajetória de incorporação da classe trabalhadora no cenário político do pós-1930: uma *lógica material* (interesses nos benefícios da legislação trabalhista que explicam a adesão dos trabalhadores) e uma *lógica simbólica* com ênfase na “reciprocidade” em sua relação com o poder central, e onde a “palavra do Estado” designa a posição desses atores sociais. Diferentemente da República Velha quando a “palavra” estava com o operariado e a lógica prevalecente era a da “solidariedade”, o percurso de incorporação da classe trabalhadora no pós-1930 e principalmente no pós-1942, levou à invenção da ideologia do trabalhismo como a “outorga” pelo Estado do reconhecimento de direitos sociais passando pela montagem do sindicalismo corporativista articulado com a criação do PTB.

No Brasil o pacto entre o Estado e a classe trabalhadora extrapola o cálculo utilitário de custos e benefícios. O “trabalhismo” tomou do discurso das lideranças operárias durante a Primeira República elementos de identificação, incluindo valores e tradições, e deu-lhes novo significado⁸.

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), a imagem política tinha como eixo fundamental as tentativas em formar um governo apartidário, de consenso e policlassista na condução da política econômica. Buscando se posicionar

⁷ GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988, p.213.

⁸ GOMES, Angela C., *Op. cit.*, pp. 23-31.

num ponto equidistante em relação aos partidos (tentativa que fragilizou a constituição de uma base partidária própria de sustentação política), Vargas visava conduzir uma política trabalhista que reinvidicava para o Estado a integração de todos, além de propor a otimização de certas condições básicas de infra-estrutura que garantissem a execução de um plano de desenvolvimento econômico nacional⁹.

Este jogo de ambigüidades foi marcado também pela divisão de sua equipe de governo entre uma Assessoria Econômica formada por técnicos de viés nacional-desenvolvimentista e um ministério mais representativo dos setores conservadores. A própria corporação militar se encontrava dividida entre um setor nacionalista e a ala majoritária desfavorável à politização no ambiente da caserna. Há que se somar as dificuldades, no contexto da Guerra Fria, das novas correlações da política externa. O conflito na Coreia não propiciou ao governo Vargas uma nova estratégia de barganha nos moldes daquela implementada durante a II Guerra Mundial. O governo teve dificuldades também em negociar a ajuda oficial dos EUA, na medida em que a partir de 1953 o governo republicano de Eisenhower passa a direcionar com prioridade os investimentos privados nas economias periféricas. Para Vargas isso significou uma frustração, o governo esperava compensações pela participação do Brasil no último confronto mundial, para assim viabilizar o Programa de Reparamento Econômico voltado para os “pontos de estrangulamento” como transporte e energia¹⁰.

A vitória de Vargas nas eleições de outubro de 1950 pode ser interpretada, dentro do imaginário político, como um outro momento de “refundação” do marco histórico iniciado em outubro de 1930 associado à consolidação final do Estado republicano e aprofundamento do processo de desenvolvimento industrial, o qual atinge um dos pontos máximos em 03 de outubro de 1953 com a Lei 2004 que criou a Petrobrás. O *retorno* de Getúlio, uma espécie de “segundo advento”, foi entendido como uma aspiração popular buscando *retomar* as conquistas trabalhistas e desenvolvimentistas bruscamente interrompidas pela “traição” de outubro de 1945 quando da sua deposição por militares chefiados por Dutra e Góis Monteiro. O momento 1937 fica neutralizado devido ao seu forte conteúdo autoritário, embora as realizações econômicas e sociais do Estado Novo sejam reconhecidas como avanços na *reafirmação* da nacionalidade.

⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina S.. *O Segundo Governo Vargas, 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp.117-118; IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. 2a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, pp.109-138.

¹⁰ LESSA, Carlos e FIORI, José Luís. *Relendo a Política Econômica: as Falácias do Nacionalismo Popular do Segundo Vargas*. 2a ed., Rio de Janeiro: UFRJ-Instituto de Economia Industrial, 1983.

Segundo Mircea Eliade, a idéia de uma *renovação* constante do tempo é um componente básico da estrutura mítica presente em toda parte, mesmo que laicizada, degradada ou camuflada. “Por meios múltiplos, mais homologáveis, o homem moderno esforça-se, também ele, por sair da sua história e viver um ritmo temporal qualitativamente diferente. Ora, ao fazê-lo, reencontra, sem se dar conta disso, o comportamento mítico.” Ao lado do princípio da repetição, encontra-se outra característica do mito: a criação de modelos exemplares para toda uma sociedade, ou seja, a elaboração de uma personagem histórica como um arquétipo¹¹.

Vargas parece unir bem estas duas conotações básicas do comportamento mítico: sua presença como líder nacional é marcante e paradigmática e ao mesmo tempo lança a esperança de um mundo que se renova, regenerado, criado de novo - tomando como base um tempo primordial e iniciador da chamada “era getuliana”. A “Revolução de Outubro de 1930” seria esse tempo primordial, referência básica marcada por uma “revolução pelas armas” inauguradora de uma nova etapa histórica. A vitória de Getúlio nas eleições de outubro de 1950 é a “revolução pelo voto”, a “revolução branca”¹², prova de reafirmação do líder e do desejo em resgatar o percurso histórico varguista.

Tomando como base a consideração de que nenhuma prática social seja redutível unicamente aos seus elementos físicos e materiais, pode-se constatar também que os mitos se renovam porque as situações que eles simbolizam de alguma forma se repetem. Valorizando a dimensão simbólica, Sahlins apresenta uma crítica antropológica à idéia do primado da razão prática e do interesse utilitário. A lógica simbólica implica que a cultura elabora esquemas de significância capazes de constituir, eles mesmos, elementos de utilidade prática¹³.

Para Mircea Eliade, “viver a aventura pessoal como reiteração de uma saga mítica equivale a escamotear o *presente*. Essa angústia perante o tempo histórico, acompanhada pelo desejo obscuro de participar num tempo glorioso, primordial, *total*, denuncia-se, entre os modernos, por uma tentativa por vezes desesperada para quebrar a homogeneidade do Tempo, para ‘sair’ do presente e reintegrar-se num tempo qualitativamente diferente daquele que cria, ao decorrer, a sua própria ‘história’ ”¹⁴.

¹¹ ELIADE, Mircea. *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 23. Ver também *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70, 1993.

¹² Arquivo Getúlio Vargas, GV 54.02.20/1 (FGV-CPDOC).

¹³ SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

¹⁴ ELIADE, M., *Op. cit.*, p. 23.

TEMPORALIDADE E IMAGINÁRIO POPULAR

Com o objetivo de explorar aspectos da “sacralização do corpo que trabalha” enquanto manifestação da engrenagem do poder nos anos 30 e 40, Alcir Lenharo busca desvendar os aparatos litúrgico-religiosos que consagraram a política como exercício de dominação. O imaginário cristão projeta a figura de Vargas numa trindade de imagens una e indivisível: “Getúlio ora corresponde à imagem de Pai, que vela e protege pelos filhos, imagem que recebe seu acabamento principal na figura do grande legislador social; ora identifica-se mais com a imagem do Filho, líder que intervém na estória, predestinadamente, o Messias que veio para mudar seu fluxo e afastar outros intermediários; ora corresponde à figura do Espírito a iluminar os caminhos dos seus subordinados para uma nova ordem, amparada por outras luzes. Até mesmo a grandeza futura da pátria parece assemelhar-se ao tempo da escatologia, em que a bem aventurança é finalmente alcançada”¹⁵.

Em muitos aspectos do imaginário popular, a caracterização ritualística da liderança política é marcada também pela presença de elementos míticos e religiosos através do dimensionamento em três temporalidades básicas¹⁶.

No primeiro momento está o *tempo da espera e do apelo*, aquele de expectativa de um líder ou um salvador que traduz um conjunto de esperanças, nostalgias e sonhos. Nas eleições de 1945 a sentença “Ele disse: vote em Dutra” foi o sinal para o apoio das bases getulistas ao candidato do PSD; já durante a campanha presidencial de 1950, os folhetos difundiram largamente o *slogan* “Ele Voltará!”, com a presença de elementos associativos com a tradição cristã da volta do messias para a “salvação nacional” e a continuação da obra iniciada nos anos trinta.

“Getúlio: tão grande quanto a nossa Pátria”.

“Ele disse: Trabalhadores do Brasil! O vosso sofrimento é uma coroa de espinhos cravada em meu coração”.

“Princesa Isabel libertou os escravos em 1888, Getúlio Vargas libertará o povo brasileiro em 1950”.¹⁷

No aspecto discursivo há aqui a indicação precisa dos lugares do destinador (Getúlio) comparado ao que há de mais grandioso (a Pátria) e o

¹⁵ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2a ed., São Paulo: Papirus, 1986, pp. 194-195.

¹⁶ GIRARDET, Raul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 72.

¹⁷ Arquivo Getúlio Vargas, GV 50.08/09.00/53 camp. eleit. (FGV-CPDOC).

destinatário e público-alvo por excelência (Trabalhadores do Brasil), cuja libertação ora é colocada no mesmo plano da libertação dos escravos, ora é comparada à narrativa martirológica cristã (coroa de espinhos). Parafraseando o Credo Cristão, foram também divulgados panfletos com a “Oração do Getulista”, de forte conteúdo apelativo:

“Creio em Getúlio Vargas, todo poderoso, criador das leis trabalhistas. Creio no Rio Grande do Sul e no seu filho, nosso patrono, o qual foi concebido pela Revolução de 30. Nasceu de uma Santa Mãe, investiu sobre o poder de Washington Luiz, foi condecorado com o emblema da República, desceu ao Rio no terceiro dia, homenageou os mortos, subiu ao Catete e está assentado em São Borja donde há de vir julgar o general Dutra e seus ministros. Creio no seu retorno ao Palácio do Catete, na comunhão dos pensamentos e na sucessão do presidente Dutra por toda a vida. Amém. Viva Getúlio Vargas!”¹⁸

Na documentação referente à campanha presidencial de 1950 aparecem outros panegíricos de exaltação cívico-religiosa, mas também encontram-se homenagens populares na forma de versos jocosos:

“Adivinhe Quem Quiser
O nome dele eu não digo
Você tem que adivinhar
De quem trabalha é amigo
E é nele que vou votar.
É gordinho, é pequenino
Com um sorriso de abafar!
Deus lhe deu lindo destino
E é nele que vou votar.
Seu nome começa com gê
Oh! Ge-Ge! Vem nos salvar
O Povo só quer você
E só em você quer votar.
Do povo no coração
Seu nome gravado está
Do Brasil é redenção...
Quem é ele?! Quem será?”¹⁹

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

Entre as várias razões do porque “ser getulista” ou do “porque Getúlio voltará” aparecem justificativas de fundo histórico associadas às várias realizações durante o primeiro governo, de cunho desenvolvimentista e nacionalista: descoberta do petróleo no Brasil, início da construção da Companhia Siderúrgica Nacional, instalação da Companhia Vale do Rio Doce e da Fábrica Nacional de Motores, construção de estradas de rodagem como a Rio-Bahia, eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, amparo à lavoura e criação do Departamento de Obras contra a Seca. Além disso tudo, a mitificação colocava Getúlio governando ao lado dos trabalhadores, “doando” uma “legislação trabalhista das mais perfeitas do Universo, com direito a férias remuneradas e estabilidade no emprego (antes os trabalhadores eram escravos)”. Na questão política, a ditadura de 1937 é explicada “em virtude da situação internacional”, mas com o fim da guerra, Getúlio poderia governar democraticamente.

Todas essas realizações, fruto do significado de “outubro de 1930”, são vistas como uma obra de criação ou de fundação de um Brasil nacional, mas haviam sido abruptamente interrompidas pela deposição de “outubro de 1945”, “a mais tenebrosa noite nacional ... onde os restos mortais da velha república ressurgiram como a Phenix, envoltos em pedaços de carne descomposta (sic) e uniram-se nos que saíram do ostracismo social e econômico transformando-se em falsos salvadores, compenetrados de políticos evidentes, graças à compaixão e complacência de Getúlio Vargas”²⁰. Em seguida à “traição”, Getúlio retira-se para o Getsêmani no seu auto-exílio em Itu, como forma de preparar a rearticulação política de novo quadro que surge em 1945. O tom de chamamento para a sua volta ao poder, destaca a total pertinência do percurso político de Vargas e o que é também importante, sem provocar rupturas radicais:

“Getúlio, onde estás que não respondes? Venha acalmar os nossos desejos e as nossas saudades...Não queremos regimes importados de além-mares, queremos as tuas leis e teu amparo, as tuas idéias são nossas, somos todos CRISTÃOS e DEMOCRATAS”²¹.

A utilização no discurso e na imagética política de elementos religiosos pertencentes ao imaginário popular é um fator importante na tentativa de unir tradição e modernidade, já que ao mesmo tempo em que resguarda os limites de avanço político, mantém o apoio em bases ideológicas seguras. Por outro lado, a eficácia do discurso populista fica condicionada à competência na conciliação entre o “popular” e o projeto “nacional” que se almeja e que de alguma forma rompe com

determinadas formas de dominação vigentes. Isto fica claro no “Padre Nosso Getulista”, também divulgado na campanha eleitoral de 1950:

“Protetor nosso que estais em São Borja, honrado seja o vosso nome; venha a nós a vossa proteção, seja feita a vossa vontade, assim no Sul como no Norte; os direitos nossos de cada dia nos dai hoje; e perdoai-nos as nossas imprudências, assim como nós perdoamos aos nossos persiguidores, e não nos deixeis cair no comunismo, mas livrai-nos do capitalismo. Amém”.

Para Marilena Chauí, *cultura popular* significa “um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência”²². Ao se constituir num sistema de representação, a cultura popular traduz as várias referências míticas e históricas que estabelecem um encadeamento capaz de situar os indivíduos dentro de uma trajetória com passado mergulhado em um tempo perdido.

Ao estabelecer a perspectiva de tempo tridimensional, onde o diálogo entre uma experiência mítico-histórica (associação entre simbologias religiosas e significados do primeiro governo Vargas) e um projeto político que se pretende desenvolvimentista tendo em vista a modernidade e o futuro - o populismo mostra todas as suas virtualidades em conciliar tempos e estabelecer compromissos entre setores sociais diferenciados.

Em 1950 a temporalidade dominante é a expectativa que marca a volta de Getúlio e onde já aparece a idéia do sacrifício do Messias, tema fundamental no contexto da tradição judaico-cristã. É o próprio Vargas que assim enuncia no rascunho de um “Manifesto ao Povo Brasileiro”, desse mesmo ano:

“Se o meu sacrificio for um bem para o Brasil e para seu povo, levai-me convosco ... Já estou próximo ao fim, e não me arreceio dos riscos que possam trazer as eventualidades duma luta. Seria até um fim digno duma longa existência. É apenas por vós que hesito. É o vosso sacrificio que desejo evitar”²³.

Aqui já entramos na segunda temporalidade, a da *presença* de um líder salvífico, momento em que “o curso da história está prestes a se relizar, mas aquele

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência, Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 25.

²³ Arquivo Getúlio Vargas, GV 50.04.19/3 (FGV-CPDOC).

também em que a parte da manipulação voluntária recai com maior peso no processo de elaboração mítica”²⁴. Durante esse *tempo da presença*, que é também *tempo das provações*, o posicionamento de Getúlio como líder que deve se sacrificar é recorrente, seguindo a tradição dos heróis civilizadores como Prometeu, que se vêem penalizados por forças superiores que não permitem a revelação ou a doação do progresso aos mortais. Também no caso específico da tradição judaico-cristã, a provação e o sacrifício vicário são aspectos centrais da doutrina redentora encarnada na figura de um “Cristo” que deve padecer em nome de todos como forma de resgate. Parece que esse sentido de apelo a uma identidade redentora está amplamente difundida no imaginário popular, como pode testemunhar esta carta a Getúlio:

“... peço em nome de todos os meus e das mulheres mineiras ardentes admiradoras apresente candidato para o bem do Brazil e dos pobres, que só eu sei que estão sofrendo, volte a governar, vivo na esperança de seu grande sacrifício, e Deus e a Virgem Maria proteja, tenho fé estou resando, volte mais uns annos, todos os mineiros ainda não tiramos seu *retrato da parede* ...”²⁵

A simbologia do retrato pode ser interpretada como um reforço da presença no tempo e no espaço em contraposição à fluidez dos eventos cotidianos. O “retrato na parede” é a presença constante, podendo adquirir o sentido de um verdadeiro ícone ao qual se atribuem valores míticos e religiosos. Durante o Estado Novo, o DIP recomendava que nas repartições públicas o retrato de Vargas tivesse seu lugar de honra, no caso dos gabinetes oficiais a norma era compulsória. No carnaval de 1951, a marchinha de Haroldo Lobo e Marino Pinto, “Retrato do Velho”, gravada por Francisco Alves, exaltava a volta de Getúlio sugerindo a reinstalação dos retratos nas paredes: “Bota no mesmo lugar, o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar”²⁶.

Também na documentação referente à Agência Nacional, durante o segundo governo Vargas, foram encontradas várias cartas provenientes em grande parte do interior, muitas de Minas Gerais, com pedidos de retratos e fotografias de Getúlio, inclusive solicitando sua permanência por mais quinze anos no poder:

“Ubá, 14 de fevereiro de 1951

Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas

²⁴ GIRARDET, R., *Op. cit.*, p. 72.

²⁵ Arquivo Getúlio Vargas, GV 50.01.10 misc. (FGV-CPDOC) (grifos nossos).

²⁶ SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a Música Popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1983, pp. 52-53.

Saudações respeitadas

Primeiramente meus respeitosos cumprimentos. O fim desta é para enviar-lhe o meu abraço e meus sinceros parabens pela volta de V. Excia, pois ha cinco anos esperava ansioso a sua volta! Desejava ir-me pessoalmente mas não me foi possível pois sou operário e as minhas férias não saíram a tempo, mas eu não podia deixar de enviar-lhe esta missiva com o meu coração cheio de alegria pela volta de V. Excia. Peço-lhe desculpar-me pelos erros pois quem lhe escreve é um simples operário mas que muito o admira e implora a Deus para que V. Excia governe mais quinze anos. Meu respeitável abraço ao senhor e Dna. Darcy.

Despede o grande admirador de V. Excia. Manoel Sebastião; meu endereço Companhia Telefonica Brasileira

Ubá Minas E.F.C.

Dr. peço-lhe desculpar-me estava me esquecendo desejo muito possuir um retrato de V. Excia e de sua Dssma esposa. Desde já agradeço, O mesmo²⁷

A Agência Nacional de Informações vinculada ao Ministério da Justiça foi instituída em 1945 para substituir o famigerado DIP criado em 1939 e subordinado à Presidência da República. Em 1946 foi finalmente consolidada como Agência Nacional, encarregada da divulgação dos atos emanados do governo federal mas sem as características de censura e propaganda ostensiva da congênere estadonovista. Afinal de contas vivia-se um período de ampliação do mercado político e afirmação do sistema pluripartidário, desfavorável ao funcionamento de uma agência fomentadora de uma imagem absoluta do poder executivo.

Essas várias cartas com pedidos de retratos e fotografias de Getúlio geralmente eram atendidas pela Agência Nacional, como forma de compensar a situação de “desarmamento publicitário” vivida nesse governo. O outro meio de divulgação mais explícita dos atos governamentais era basicamente o jornal “Última Hora” e, em menor escala, “O Radical”. Em contraposição se colocava toda a grande imprensa: os Diários Associados de Assis Chateaubriand com “O Jornal” e a pioneira TV Tupi, o grupo Roberto Marinho com “O Globo” e Rádio Globo, além do “Correio da Manhã”, “O Estado de São Paulo”, “Diário de Notícias”, “Diário Carioca”.

²⁷Processo nº 530. Agência Nacional, Série Correspondência Geral. Arquivo Nacional. Lata 200, 1951. Para uma análise da cultura política durante o período 1930-1945, ver FERREIRA, Jorge Luiz, “A Cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 3(6):180-195,1990.

A prevalecência de uma imagem negativa do governo (corrupção e avanço sindicalista) reflete uma situação de crise política conjuntural fruto da intensificação e polarização do debate político e da desorganização das bases institucionais de apoio. O governo tenta responder a esse quadro utilizando uma imagética compatível com as novas regras do cenário político definidas na Constituição de 1946, mas mantendo os vínculos com a simbologia paternalista montada durante o primeiro governo.

Em meio à crise política que se aguça durante o ano de 1953, não faltaram manifestações de apoio a Getúlio comparando-o com o “Cristo (que) também recebeu muitas pedradas inconscientes e inconsequentes”²⁸ e que teve finalmente o seu momento de Calvário com a passagem para o terceiro tempo, o da *lembrança*: “aquele em que a figura do Salvador, lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas amplificações”²⁹.

Alçado ao *tempo da glorificação*, Getúlio finaliza seu trajeto com um ato dramático, de forte apelo emocional, conseguindo desarticular toda a coligação oposicionista. Na visão de Oswaldo Aranha, ao exigir de Vargas o “sacrifício altruístico”, “os Pilatos poderão lavar as mãos, mas jamais as consciências”³⁰. Em discurso no Senado em 1974, durante a passagem do vigésimo aniversário da morte de Vargas, o então senador Gustavo Capanema confere ao suicídio um sentido definitivo de missão histórica superior:

“Não lhe restava, como solução para ele honrosa, senão o que ele não queria: a porta estreita da sua imolação. Ele aceitou o holocausto, de alma tranquila e de coração manso, como Sócrates tinha aceitado beber a cicuta”³¹.

MITO E SIMBOLOGIA POLÍTICA

Talvez por ironia da história, o segundo governo Vargas começa com a “cristianização” do candidato do PSD (partido majoritário) nas eleições presidenciais de 1950 e termina com a auto-imolação daquele que havia sido sufragado nas urnas.

O dimensionamento do populismo não prescinde do arcabouço de uma cultura política dentro de um contexto dialógico entre líderes e setores sociais,

²⁸ Arquivo Getúlio Vargas, GV 53.10.07/1 (FGV-CPDOC).

²⁹ GIRARDET, R., *Op. cit.*, p. 72.

³⁰ Arquivo Getúlio Vargas, GV 54.08.00/4 (FGV-CPDOC).

³¹ Arquivo Getúlio Vargas, GV 74.09.05 (FGV-CPDOC).

principalmente as camadas populares, incluindo pressões bem variadas. A eficácia desse tipo de “pacto político” é medida pelo seu grau de envolvimento com o universo de valores e o sistema de representações, capazes de associar os atores políticos a símbolos e imagens míticas de alta pertinência histórico-ideológica.

O segundo governo Vargas, marcado pelo conteúdo de revivalismo mítico (o segundo advento), acionou na própria dinâmica do drama mítico a tragicidade da cena final (o sacrifício vicário), “oblação que se consuma no próprio holocausto”³². Se Getúlio morreu como ato de imolação, a sua trajetória, ou a sua culpa, foi ter assumido o caráter civilizador de um Prometeu punido pelo seu ato heróico de viabilizar o processo de consolidação do desenvolvimento industrial em bases nacionais.

Nesse caso, a comparação entre Vargas e a figura mítica de Prometeu não é gratuita. Com o objetivo de compor uma das fachadas da nova sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, inaugurada em 1945, o ministro Gustavo Capanema encomendou a J. Lipchitz uma escultura em bronze do herói mitológico dominando o abutre. Com estilo modernista, o prédio conhecido hoje como Palácio Capanema, tem o traço original de Le Corbusier, projeto arquitetônico de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Afonso Reidy, além dos azuleijos de Portinari. Dando prosseguimento ao processo de centralização política inaugurado em 1930, Capanema buscava unir tradição (memória) e materialidade (modernização) como forma de promover o sentimento de identificação de Vargas como líder nacional e mesmo como um autêntico herói civilizador³³.

No mito de Prometeu, o titã ousou desafiar a supremacia de Zeus distribuindo aos mortais o fogo como símbolo de todos os bens culturais da humanidade. Como castigo foi acorrentado nos rochedos escarpados da Cítia onde diariamente um abutre viria comer o seu fígado. Na peça teatral atribuída a Êsquilo, “Prometeu Acorrentado”, a tragicidade carrega um forte componente de virtude sacrificial. Graças ao demiurgo, os homens teriam se beneficiado de tudo que constitui o progresso.

Unir mito e história parece ser um procedimento de muita eficácia política e simbólica na constituição do tecido social. Na medida em que a escultura de Lipchitz apresenta um Prometeu “dominando o abutre” e não apenas sofrendo martírio, presente está a representação da resistência em meio à adversidade.

³² SILVA, Hélio. *1954: Um Tiro no Coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 31.

³³ TEIXEIRA, Osvaldo. *Getúlio Vargas e a Arte no Brasil, a Influência Direta dos Chefes de Estado na Formação Artística das Pátrias*. S.L., DIP, 1940.

Segundo Albin Lesky, na continuação da trilogia de Ésquilo, Prometeu não só se libertaria do rochedo como também teria se reconciliado com Zeus, pressupondo assim uma nova forma moral³⁴ e mesmo, de acordo com Vernant, “um ato de fé na cidade, na democracia, deste novo equilíbrio político entre as categorias sociais antagonistas”³⁵.

Em 12/02/52, menos de dez anos após a inauguração da obra de Lipchitz, Gustavo Capanema, então líder do governo Vargas na Câmara Federal, é desafiado pelo deputado udenista Aliomar Baleeiro a justificar aquela escultura. Capanema no discurso defende a idéia de que sempre haverá o “Prometeu” e o “abutre”, este último significando o espírito de destruição e desesperança, “a negação terrivelmente nietzscheana”. Em oposição Prometeu simboliza a construção, o raciocínio, o idealismo e a esperança - personagem representada aqui por Getúlio Vargas que finalmente irá dominar o abutre³⁶. Na Carta-Testamento atribuída a Vargas, esta alusão à rapinagem fica bem clara: “*Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida*”.

Vargas então representa o titã que doa o fogo (“progresso”) e luta contra o abutre (“forças retrógradas” e “interesses externos”), preso no rochedo da nação e aos desígnios fatalistas que o colocam como um mártir que se sacrifica por uma causa que o transcende porque vinculada a um imaginário coletivo que aceita a idéia do sacrifício vicário (tradição judaico-cristã) como via de mitificação e identificação histórica.

Este tipo de referência, presente na forma de arquétipo, e não necessariamente como modelo empírico, remete a um sistema de representação política passível de interpretações diferenciadas. Comparando a vida política com o teatro, Pierre Bourdieu enfatiza a relação simbólica entre significante e significado, entre *representantes* fornecendo uma *representação* e agentes, ações e situações representadas. Atuando como uma forma de capital simbólico, o capital político é “*crédito firmado na crença e no reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa - ou a um objeto - os próprios poderes que eles lhes reconhecem”³⁷.

³⁴ LESKY, Albin. *A Tragédia Grega*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, pp. 110-117.

³⁵ VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os Gregos*. São Paulo: Difel/Edusp, 1973, p. 215.

³⁶ Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952, vol.IV, pp. 344-354.

³⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, pp. 175, 187 e 188. (grifos do autor).

O palco da crise de 1954 está relacionado com as incongruências da política de compromissos e que também se refletiu no insucesso da composição partidária tentada pelo governo. As pressões do setor operário nas greves de 1953 em São Paulo afastaram do governo parte dos setores industriais e comerciais³⁸. A visão que a elite tinha do populismo deixa transparecer sua preocupação com a presença das massas urbanas no cenário político e a ressurgência do movimento sindical. A revista “Anhembi”, dirigida por Paulo Duarte, no seu primeiro número, publicado em 1950, assim descreve a volta de Vargas:

“No dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalçados e justamente ressentidos, indivíduos tornados pelo abandono homem boçais, maus e vingativos, em grande parte, mas portadores de um título eleitoral, que desceram dos morros embalados pela cantiga da demagogia berrada de janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes restava: naquele que se proclama pai dos pobres, o messias-charlatão que prometia a liquidação imediata das classes exploradoras ... à custa das misérias desta imensa favela que o sr. Getúlio Vargas poderá fazer do Brasil”³⁹.

O quadro político em 1954 estaria, assim, traduzindo o afastamento de interesses dominantes, paralelamente à falta de uma base “trabalhista” de apoio capaz de sustentar o governo. Ou seja, a crise é o resultado das próprias contradições do populismo na dupla face de sua ideologia: “a *desenvolvimentista*, voltada a incentivar a acumulação de capital dentro dos marcos de uma sociedade capitalista, e a *trabalhista*, procurando inserir os trabalhadores dentro desta sociedade em construção”⁴⁰. O governo teria falhado na sua proposta de viabilizar a acumulação com apelos distributivistas na busca de legitimidade e sustentação política.

Nesse momento, a convivência entre o conteúdo personalista da liderança populista no governo, com as práticas políticas pluralistas do sistema partidário no Congresso, não conseguiu superar os impasses da conjuntura. Nessa tentativa de compatibilização, Vargas reconhece novos parceiros políticos, busca atraí-los para um governo conciliador, mas sua “imagem tradicional” de líder carismático impede uma melhor adequação no novo contexto do mercado político. A grande imprensa não o perdoa pelos anos de censura estadonovista, os udenistas divergem das suas

³⁸ MOISÉS, José Álvaro. *Greve de Massa e Crise Política*. São Paulo: Pólis, 1978; BOITO JR., Armando. *O Populismo em Crise. (1953-1955)*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1976.

³⁹ *Revista Anhembi*. São Paulo, 1950, vol.1, nº 1, p.129.

⁴⁰ FONSECA, Pedro César D. *Vargas: o Capitalismo em Construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 456. (grifos do autor).

práticas estatizantes e “nacionalistas”, o PSD nunca abandonou suas posições conservadoras e o PTB, dividido entre “pragmáticos” e “doutrinários”, se vê mal representado no governo. Praticamente o único sustentáculo de Getúlio era a própria imagem do líder nacional, apesar de todo o desgaste com a campanha da oposição. Na medida em que o discurso oposicionista enfocou toda a ação na figura do presidente e nas diversas modalidades políticas nas quais se expressava o prestígio de Vargas - getulismo, trabalhismo, nacionalismo - ele acabou por dar consistência ao mito que queria destruir, e com isso também evitou que a situação de crise extrapolasse para o campo institucional⁴¹.

Pelo que se depreende do jornal “Última Hora”, o apoio popular como reação à onda oposicionista não veio como esperado. Foram feitas várias tentativas para agregar forças populares e demonstrar o esteio “trabalhista” do governo: em junho de 1954 foi criada a coluna diária “Problemas e Reivindicações”, depois transformada em “Coluna do Trabalhador”; foi constituído um “Escritório Trabalhista” na própria redação do jornal, onde advogados se prontificavam a orientar o trabalhador em assuntos de seu interesse. De qualquer forma, não se repetiu a eficácia da atuação do ministro Alexandre Marcondes Filho nas suas palestras ao pé do rádio durante o período de 1942-1945, “quando a questão da mobilização de apoios sociais tornou-se uma necessidade inadiável ante a própria transformação do regime”⁴².

Não conseguindo romper as correntes do rochedo escarpado, parece que para Getúlio só tinha restado a entronização pela via do martírio, apelo popular de grande reconhecimento no plano do imaginário coletivo. Na análise da “edificação hagiográfica”, Michel de Certeau considera que este tipo de relato dramático marcado pelo tempo das provações (combates solitários) e pelo tempo de glorificações (milagres públicos) marca a passagem do privado ao público. “Como na tragédia grega, conhece-se o resultado desde o início, com a diferença de que lá onde a lei do destino grego supunha a queda do herói, a glorificação de Deus pede o triunfo do santo”⁴³.

CONCLUSÃO

Na perspectiva da cultura popular o reino da necessidade caminha junto com a perspectiva da esperança renovada, o “materialismo animista” não leva ao *desencantamento* do mundo⁴⁴. Qualquer ensejo de *reencantamento* em meio ao

⁴¹ D'ARAÚJO, Maria Celina S., *Op. cit.*, p. 35.

⁴² GOMES, Angela C., *Op. cit.*, p. 277.

⁴³ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.273.

⁴⁴ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 324-326.

quadro de carência material viceja uma identificação positiva com entidades anímicas, forças sobrenaturais, crenças e devoções baseadas no arcabouço do sistema de representação. Para os setores populares vencerem as dificuldades do mundo material e da própria natureza, a fé em poderes simbólicos tanto pode se corporificar em reis, que com um toque curam escrófulas⁴⁵, quanto em líderes populistas doadores de leis trabalhistas. Não faltaram comparações entre a “manhã do 24 de agosto de 1954” e a “noite de São Bartolomeu” quando, no mesmo dia, em 1572, ocorreu o massacre dos huguenotes: dias aziagos, mês de desgostos, experiências traumáticas.

Ao sacrifício de um líder carismático espera-se como resposta sua ascensão ao panteão dos mártires e a devoção a sua memória. O comportamento popular, atendendo a ambos os apelos, respondeu em comoção nacional, levando ao paroxismo a sacralização de sua imagem. Segundo Luiz Eduardo Soares, “a morte foi, para ele (Getúlio), artifício da virtude. Acuado, atingido em sua honra e em seu poder, acusado de trair o interesse comum e o bem público para beneficiar o projeto egoísta, individual, encontrava-se, em agosto de 1954, politicamente morto e, paradoxalmente, desindividualizado - tornara-se mais um. Parecia condenado a descer do Palácio do Catete para fundir-se, virtualmente anônimo, às multidões solitárias. Antecipou-se ao golpe, golpeando-se a si mesmo, atingindo seu próprio corpo. Logrou, pelo suicídio, reviver politicamente e sobreviver aos seus adversários. Voltou a individualizar-se, distinguindo-se como objeto da comoção nacional e ator do novo processo que desencadeou, enquanto agente produtor de fatos significativos e protagonista central de seus desdobramentos, mesmo *in absentia*”⁴⁶.

Acionado o paradigma cultural do sacrifício cristão, o passamento de Vargas estabelece simbolicamente o significado de justiça ao preço mais alto, único caminho na busca da redenção. Quando Pierre Nora considera que a morte de De Gaulle foi um acontecimento que diz “providencialmente mais do que toda a sua vida havia expressado”, é porque para o autor, “o acontecimento testemunha menos pelo que traduz do que pelo que revela, menos pelo que é do que pelo que provoca. Sua significação é absorvida na sua ressonância; ele não é senão um eco, um espelho da sociedade, uma abertura”⁴⁷. Por analogia, a morte de Getúlio revela com mais intensidade os significados de todas as realizações da “era Vargas”, o coroamento, com espinhos, de uma missão consagradora.

⁴⁵ BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁶ SOARES, Luiz Eduardo. *Os Dois Corpos do Presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 153.

⁴⁷ NORA, Pierre. “O Retorno do Fato”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 188-189.

É bom ressaltar que o movimento da sociedade também está refletido na memória histórica, que não deve ser vista apenas como a “urdidura do poder”, resultado da ação exclusiva de protagonistas e elites dominantes. O mito também é construído a partir de uma relação ou interação com a sociedade. Ao atuar no campo das permanências, a cultura política e as tradições populares perpassam o tempo, invadem o presente e não temem o futuro - seu lugar está no imaginário.